CLEIDE MARIA MARTINS TELES DE OLIVEIRA

ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA
LÍNGUA PORTUGUESA, COMPREENSÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUIS
NÚCLEO DE APOIO DE SÃO PAULO – ZONA LESTE

SÃO PAULO - SP
2010

CLEIDE MARIA MARTINS TELES DE OLIVEIRA

**ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA
TÉCNICAS DE PERSUASÃO E COESÃO TEXTUAL**

*Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação São Luis, como exigência parcial para a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa, Compreensão e Produção de Textos.
Orientador: Professor Dr. Luiz Roberto Wagner*

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUIS
NÚCLEO DE APOIO DE SÃO PAULO – ZONA LESTE**

**SÃO PAULO - SP
2010**

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de especialização em pós-graduação somente foi possível graças à colaboração de muitas pessoas que me apoiaram e serviram de inspiração.

Aos professores, pela dedicação e disponibilidade nos momentos de orientação e esclarecimentos de dúvidas.

Ao meu querido **esposo** José Teles de Oliveira e aos meus queridos **filhos** Lucas Martins Teles e Jefter Martins Teles, pelo amor e carinho que me dedicaram e por suas opiniões sempre construtivas e pertinentes.

Gratidão é fundamental para solucionar todos os problemas. Quando você passar a agradecer a todas as coisas do céu e da terra, tudo se tornará seu aliado. E, então, não haverá nada que o prejudique. Fracasso nos negócios, surgimento de doença, falha na educação dos filhos, enfim, todos os problemas se originam da falta de gratidão. Ao cultivar o sentimento de gratidão, tudo se arranja da melhor maneira.
(SEICHO-NO-IE, 2005).

RESUMO

Este trabalho de conclusão do curso de pós-graduação tem como tema as técnicas de persuasão e coesão textual, levando em conta que a argumentação tem altos e baixos. Existem momentos tópicos da construção de um discurso, em que ideias complexas se combinam para levar o interlocutor a aceitar determinado resultado.

Objetivamos com este estudo demonstrar a importância que existe nos argumentos que se encontram e se separam, convergindo para uma mesma conclusão por um mesmo caminho ou por trilhas diversas, dependendo da estratégia do orador.

Para abordarmos todos esses aspectos mencionados, o trabalho foi dividido em três capítulos. O *capítulo 1 intitula-se, “Peculiaridades do Texto Escrito”,* onde atribuiremos alguns textos escritos com a qualidade da coesão, permitindo a leitura fluente, com várias condições que devem ser notadas. No *capítulo 2,* apresentaremos *“Peculiaridades do Discurso Oral”,* mostrando os pontos onde o discurso oral tem seu estilo próprio, atinente ao estudo da oratória, sem esquecer a sua subjetividade e as argumentações existentes no ramo jurídico. No *capítulo 3, discorreremos sobre “Argumentação e Criatividade”,* mostrando as possibilidades de construções do discurso que são infinitas, inesgotáveis. Por isso aquele que argumenta não tem nenhuma escusa para deixar de fazer, a cada discurso, uma construção nova e criativa, por mais rígidos que sejam os padrões sociais do auditório ou de leitor a quem apresenta suas ideias. Sempre cabe um novo

argumento, um pensamento mais exato em substituição a um antigo que outrora parecia intocável. Argumentar não significa repetir ideias; transformar, porém, pensamentos em valorosos elementos linguísticos é arte do discursante. Cada qual devendo, então, descobrir suas próprias maneiras de utilização das técnicas de apresentação.

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	8
CAPÍTULO 1 Peculiaridades do Texto Escrito	
1.1 <i>Uma Premissa: que lê o que escrevemos?</i>	10
1.2 <i>Escrita e Coesão Textual</i>	11
1.3 <i>Gramaticalidade e Pontuação</i>	12
1.4 <i>Algumas Dicas de Construção</i>	14
1.5 <i>Escrita como Fator Argumentativo</i>	18
CAPÍTULO 2 Peculiaridades do Discurso Oral	
2.1 <i>Discurso Oral e Discurso Escrito</i>	19
2.2 <i>Discurso Oral, Papel e Evidência</i>	20
2.3 <i>Predisposição à Argumentação no Discurso Oral</i>	23
2.4 <i>Carisma e Empatia: Uma difícil Definição</i>	25
2.5 <i>Discurso Parlamentar</i>	27
2.6 <i>Discurso no Tribunal do Júri</i>	28
CAPÍTULO 3 Argumentação e Criatividade	
3.1 <i>Medo de Mudanças ou medo de que as Coisas não Mudam</i>	32
3.2 <i>Criatividade e Informação</i>	34
3.3 <i>Novidade e Persuasão</i>	36
<i>Considerações Finais</i>	40
<i>Referências Bibliográficas</i>	44

INTRODUÇÃO

Os argumentos que se desenvolvem com maiores especificidades no discurso judiciário têm características diversas e poderiam ser agrupados de modo mais ortodoxo, que seria, entretanto menos funcional. Este trabalho seria uma cópia de outros, caso se restringisse a uma reprodução da sistematização argumentativa feita com brilhantismo de Aristóteles ou com o estudo de renomados estrangeiros que no contexto hodierno realçam suas teorias com grande aprofundamento, ainda que surjam obras inteiras de paráfrases de um ou outro estudo mais denso.

Nossa preocupação não é enumerar tipos de argumentos em grande quantidade, mas expormos sobre o argumento do senso comum e o argumento de fuga que não figuram com os mais importantes da argumentação jurídica, mas são sem dúvidas comuns. Desde que representem verdadeira intenção do argumentante, servem no mínimo para estabelecer boa coerência, prolongando um argumento mais importante e complexo ou, ao contrário, desviando a atenção daquilo que não interessa que o interlocutor compreenda profundamente. São técnicas válidas.

A criação do discurso é ato personalíssimo. Se construirmos um texto, oral ou escrito, em determinando dia, ele é essencialmente diferente daquele que seria enunciado se deixássemos para fazê-lo no dia seguinte. Tratando-se de linguagem, os meios de enunciação são infinitos e influenciam muito na persuasão. Aqueles que

defendem o raciocínio puramente lógico desprezam o resultado suasório de uma frase de efeito, de palavras bem colocadas, de um discurso fluente.

O argumento de competência linguística é um dos modos de explicar o efeito suasório da expressividade, dos infinitos meios de enunciar uma mesma ideia. Imposta em afirmar que qualquer investimento em linguagem é rentável em efeito persuasivo. Toda cultura, todo vocabulário, toda correção gramatical, todo cuidado na montagem de frases e parágrafos ou na construção sintática do discurso oral representam, em última análise, um meio de persuasão. A esse meio soma-se a ideia, inequívoca, de que a linguagem do indivíduo é frequentemente medida pelo ouvinte, ainda que não tenha ele grande intimidade nessa matéria.

Os meios de expressividade do discurso são inúmeros, e amiúde estão a cargo dos bons manuais de redação, de gramática e de literatura, afora as construções enunciativas que se encontram recomendadas em livros de argumentação.

Conhecer a linguagem e aperfeiçoá-la é tarefa para o resto da vida, na formação de um estilo enunciativo pessoal, que também é constantemente sujeito a ser aprimorado. Sem confundir linguagem culta com linguagem preciosa e arcaica, estudar os meios de enunciação sempre convergirá para um discurso mais convincente. Ainda que aparentemente em estreita medida, qualquer termo novo é útil.

Lembrando novamente a ilustração do nobre vendedor, o discurso com grande conteúdo e pouca forma está menos para o bom livro com capa feia que para o carro de motor possante e pneus carecas. A boa linguagem sempre é argumento.

1 PECULIARIDADES DO TEXTO ESCRITO

A escrita tem inúmeros diferenciais e técnicas, mas realça-se um: o argumentante nunca pode obter garantia de que seu texto será lido. Por isso, deve construir uma redação coesa, que constantemente estimule o interlocutor à leitura.

1.1 Uma premissa: quem lê o que escrevemos?

Correndo o risco de parecermos grosseiros – porque a arte da escrita revela muito mais do que o quanto adiante se dirá -, fixamos como premissa, para a argumentação, esta característica, generalizante, sobre o texto escrito: o de que nunca aquele que argumenta redigindo terá a garantia de que seu texto será lido, ao menos com atenção.

Explica-se: quando se constrói um discurso oral, quando se está na presença do ouvinte, pode-se exigir dele que ouça o que lhe é proferido. Diante dos jurados, o advogado ou o promotor têm certeza de que aqueles ouvem seu discurso. Vá lá que talvez não lhe concedam a devida atenção, abstraiam-se em seus próprios pensamentos, mas o escutam. Sua distração pode, por outro lado, ser notada pelo arguente, que cuidará de repetir parte importante de sua fala, dessa vez com recursos argumentativos que lhes roubem a atenção.

Mas o mesmo não ocorre no discurso escrito. Nunca se pode garantir que um leitor verá com devido tento o que lhe é redigido, por mais que se possam garantir meios para que ele venha a comprovar a realização da leitura. Tratando a respeito da argumentação, não nos alcança a assertiva de que o juiz, para o devido

provimento jurisdicional, tenha a obrigação de ler integralmente o que lhe argumentam as partes em uma lide. Está-se aqui em patamar discursivo, superior: mesmo diante de excelentes razões de recurso, ninguém obsta que, muitas vezes sem perceber, o leitor “pule” trechos de texto ou evite conceder atenção a uma frase muito longa, a um texto com pontuação confusa, com repetições constantes, com estrutura frasal ruim. Teste o leitor consigo mesmo: quanta vez, em seu estudo, acelerou a leitura em trechos que menos lhe parecia importante?

1.2 Escrita e coesão textual

No discurso escrito, introduz-se com maior ênfase uma qualidade que é sua, a chamada coesão textual. Todo texto, mas com muito maior ênfase o escrito, deve ser dotado de coesão. Ela é o nível de ligação entre as palavras que compõem um texto. A coesão textual é, então, o nível de ligação entre as palavras de um texto.

Quando se constrói um texto escrito, ao contrário do quanto possa parecer, as palavras não se encontram preenchidas de sentido e dependem das outras para que se aperfeiçoem como elementos de significação, ou seja, como fator de comunicação.

O texto coeso é aquele que permite leitura rápida, porque as relações de sentido formuladas entre as palavras na frase estão sempre evidentes ao leitor. Em frases curtas, a relação de sentido é clara, mas em construções frasais mais complexas (de que necessitamos para argumentar), essa imediaticidade passa a ser mais difícil. Um texto escrito com ambiguidade, com frases longas, com erros de pontuação, com uso equivocado de pronomes tende a não ser coeso, e assim tornar a leitura menos fluente, mais difícil e confusa.

Não nos aprofundaremos no tema, mas nos serve de reflexão: a coesão é uma qualidade do texto escrito intimamente ligada à estrutura da frase. O texto é um tecido, um emaranhado de relações de significado, em que as palavras estão em constante interdependência de sentido.

E o texto coeso é aquele que permite a leitura fluente porque o significado das palavras é diretamente identificado pelo leitor. O texto que tem pouca coesão traz um prejuízo enorme à argumentação: enquanto o leitor tem de esforçar-se para desvendar o sentido de uma frase, retira sua atenção do conteúdo de fundo, da

profundidade dos argumentos, ao mesmo tempo em que sofre grave desestímulo à continuidade de sua leitura.

Portanto, aquele que escreve deve estar muito atento à coesão de seu texto. E para se atribuir essa qualidade à redação, permitindo a leitura fluente, inequívoca, agradável, não existe outra saída: deve-se iniciar pela gramaticalidade.

1.3 Gramaticalidade e pontuação

Para atribuir a um texto escrito a qualidade da coesão, permitindo a leitura fluente, várias condições devem ser notadas. Não nos aprofundaremos em todas elas, mas podemos ilustrar, por exemplo, com a boa seleção vocabular. Quem diz que “A colheita do que fora plantado pelos agricultores não esteve a contento dos mesmos porque caiu uma geada muito forte.” Tem uma frase menos coesa do que aquele que enuncia que: “A colheita não foi satisfatória porque geou”, apenas por falta de seleção vocabular adequada.

Em um discurso oral talvez as falhas passassem despercebidas, mas no escrito foi imperdoável: se houve colheita é porque se plantou; se existe geada, ela só pode cair, porque não se há de imaginá-la subindo.

Todavia, ainda que outros fatores de redação importem em boa ou má coesão textual, um deles aqui merece realce: a pontuação. Consideramo-la especialmente por pura experiência, pois muitos alunos julgam ser o uso da vírgula o grande fator de dificuldade da escrita.

E, no intuito de aperfeiçoar a pontuação, procuram-se na gramática várias regras de uso da vírgula, como se assim solvessem seus problemas. Encontram, surpreendentemente, poucas regras a esse respeito, estudam-nas, surpreendentemente, poucas regras a esse respeito, estudam-nas, memorizam-nas, mas ainda têm dificuldade. Por quê?

Porque as regras de vírgula são realmente muito poucas e, se estudadas isoladamente, de nada adiantam. Elas dependem do conhecimento e efetivo uso de outras noções gramaticais, em especial das estruturas sintáticas. Não nos aprofundaremos nelas aqui, mas talvez caiba uma noção – cuidando da peculiaridade do discurso escrito – a título de estímulo ao estudo.

Intimamente ligada à coesão, a vírgula é uma pausa, como todos sabem. Todavia, não é uma pausa “para respirar”, como afirmavam à nossa época, algumas professoras de primeiro grau. É uma pausa de pensamento. É uma pausa para marcar ao leitor que uma estrutura a que ele está acostumado está sendo quebrada.

Quando lecionávamos especificamente o tema, preferíamos dizer que a vírgula é como um degrau. Um degrau existente, por exemplo, entre a sala e a cozinha de um apartamento não surge por si só: ele foi colocado ali porque, entre aqueles dois cômodos, existe uma descontinuidade do piso. Assim, estudar a vírgula como mera separação entre pequenas palavras é tão míope quanto procurar entender a presença de um degrau sem considerar qual o intervalo de piso que ele separa.

A vírgula marca, via de regra, o rompimento de uma estrutura que o leitor espera. E essa estrutura é a ordem direta da oração ou do período, a qual tem natureza, antes de tudo, gramatical.

É, assim, na estrutura sintática da oração e dos períodos que estão os principais pontos que levam à boa pontuação e, conseqüentemente, a um dos grandes fatores de coesão textual. Não se vai afirmar que o ponto mais importante de todo um processo comunicativo é a correção gramatical; todavia, aquele que pretende boa construção de frases não deve se iludir: ela é o primeiro fator da pontuação. (RODRÍGUEZ, Victor Gabriel. 2005, p.287).

Porque aqui não vamos nos estender em tema de gramática normativa (impossível concorrer com cursos tão bons no mercado, além de não ser mais essa nossa especialidade). Fica apenas a dica tão importante: não se deve tentar começar a construção da casa pelo telhado. Falseia a verdade quem diz ter boa construção de frases e pontuação perfeita sem fazer uso do conhecimento de temas de gramática normativa, alguns deles abaixo nominados, somente para trazer à memória do estudante:

Frase, oração (conjunto de palavras em torno de um verbo), período (conjunto de orações); Termos essenciais da oração (sujeito e predicado); Ordem direta da oração (sujeito - verbo - complemento verbal - adjunto adverbial); Relação de coordenação e de subordinação entre as orações do período; Orações

subordinadas com função de substantivo (subjativas, objetivas diretas e indiretas, predicativas, completivas nominais e apositivas); Orações com função de adjetivo e sua distinção (restritivas e explicativas); Orações com função de advérbio (temporais, causais, consecutivas, condicionais e finais); Orações reduzidas de particípio, gerúndio e infinitivo; Orações coordenadas sindéticas (aditivas, adversativas, conclusivas, explicativas e alternativas); Uso de uma conjunção por outra etc.

O estilo e as intenções, o ritmo, os casos facultativos, todos podem ocasionalmente determinar o uso da vírgula. Entretanto, o alicerce da pausa no discurso escrito, ao contrário do discurso oral, não é o ritmo da fala, mas sim, a princípio, a estrutura gramatical da oração e do período. Depois dela, o resto é acréscimo. (RODRÍGUEZ, Victor Gabriel. 2005, p.290).

Assim se mostra em grande medida a diferença entre a argumentação oral e a escrita. Nesta, o ritmo é, em suma, determinado por uma estrutura sintática, a qual, embora esteja presente no discurso oral, não é lá tão determinante em sua fluência, em sua progressão concebida pelas estruturas menores, as palavras.

A fluência da leitura, pelo interlocutor, depende, em grande medida, da noção de gramaticalidade da frase pelo autor do texto escrito. Identificar, ao escrever, as estruturas sintáticas que se está introduzindo é o único meio de determinar com segurança a existência da pontuação, lembrando-se sempre de que, para o leitor, uma pontuação mal elaborada é sempre fator de confusão, ainda que ele quase nada se lembre das regras do uso da vírgula.

1.4 Algumas dicas de construção

Tendo consciência da estrutura gramatical que forma o período (conjunto de orações - estende-se da letra maiúscula ao ponto final) e a oração (palavras ligadas a um núcleo verbal), podem ser enumeradas algumas pequenas dicas, muito didáticas, sobre questões da enunciação escrita. É interessante que o estudante acompanhe essa enunciação, mesmo que somente para ter a ciência de como o estudo da redação traz matérias peculiares que devem ser revistas por aquele que pretende boa argumentação. Veja algumas dicas em relação ao período:

a) *Procure colocar a ideia principal do período como oração principal. Compare os dois períodos:*

O juiz Tício, que é muito honesto, deferiu a nossa liminar. O juiz Tício, que deferiu a nossa liminar, é muito honesto.

Ambos os períodos trazem ao leitor duas informações distintas: Que o juiz Tício é muito honesto; Que o juiz Tício deferiu a liminar.

Todavia, embora os períodos tragam exatamente as mesmas informações, é certo que as expressam de maneira diversa. Nesse período composto por apenas duas orações, a diferença de expressão pode até não ser muito relevante, mas ela se torna maior quanto mais complexo for o período.

Na primeira frase, a ideia de que "o juiz Tício deferiu a liminar", por constituir a oração principal, tem maior realce que a ideia de que "Tício é honesto", uma vez que essa se apresenta como oração subordinada (adjetiva explicativa). Na segunda frase, ao contrário, a ideia de que "Tício é muito honesto" assume maior realce por ser oração principal. Assim, o conhecimento das relações de subordinação é essencial para atribuir sentido e coesão ao texto.

Veja, nos exemplos abaixo, como as ideias que constam das orações principais (em negrito) assumem, para o leitor, maior relevo.

Porque chovia muito, **não consegui chegar ao fórum. Chovia tanto** que não consegui chegar ao fórum.

Quando a vítima morreu, **o acusado encontrava-se em viagem ao exterior. A vítima morreu** quando o acusado encontrava-se em viagem ao exterior.

Portanto, ao construir períodos compostos, procure estabelecer, em primeiro lugar, a oração principal, formada pela ideia central. A partir dela, seu sentido complementar pode ser conferido pelas orações subordinadas.

b) *Evite, em regra, as inversões nos termos da oração.*

As inversões são muito comuns no discurso forense. Entretanto, nem sempre elas trazem um resultado eficiente em relação à coesão. Sem intenção determinada, apenas prejudicam a fluência da leitura, a exemplo de:

Pede o perito sejam elaborados quesitos mais claros; Disse a promotora de justiça que não cabe suspensão do processo no presente caso; Antecipa o requerente sua falta de disposição para firmar acordo; A colocação das palavras deve observar a clareza. Não raro a colocação pouco criteriosa traz ambiguidades. Vejamos:

O policial efetuou a prisão do fugitivo portando uma metralhadora.

Quem portava metralhadora? O policial ou o fugitivo? Para evitar ambiguidade, deve-se preferir colocação diversa. O policial, portando uma metralhadora, efetuou a prisão do fugitivo. O policial efetuou a prisão do fugitivo, o qual portava uma metralhadora. *Veja outro exemplo:*

A apelação da sentença de primeiro grau, que está quase ilegível nos autos, foi protocolada a tempo; Afinal, o que está ilegível: a sentença ou a apelação?

Note-se, entretanto, que a ordem das palavras na oração pode implicar significado ou expressividade distinta, como no exemplo abaixo:

O velho advogado sustentou sua tese. O advogado velho sustentou sua tese. Portanto, a colocação de palavras deve observar, no mínimo, a clareza e o significado dos termos da oração. Via de regra, as inversões da ordem direta da oração são pouco recomendáveis, pois tendem a trazer menor clareza ao período. Quando feitas tais inversões, devem seguir uma intenção clara.

c) *Evite os ecos na escrita.*

O poeta pode rimar. O texto poético permite a repetição de sons que tornam belo o ouvir das palavras em combinação. Mas no texto em prosa, no texto técnico, a repetição de sons é pobreza de estilo, porque não intencional, e torna a leitura estranha. Faz parte do trabalho de selecionar palavras, também, a seleção de sons que não se repitam, de modo a evitar os chamados ecos, ou seja, a rima no texto em prosa. Então, evite construções como: *Juridicamente, não há fomento para o aumento da verba honorária.*

Sua cliente, astuciosamente, buscava outros meios para a solução da questão; Mal alfabetizada, a empregada foi encorajada a frequentar uma escola especializada em ensino básico a adultos. Não pode haver verdade maior que essa.

d) *Evite o excesso de informações em um só período.*

Este ponto merece atenção especial. Quando construímos um texto, temos várias informações a passar. Na argumentação em sentido estrito ou na narração procuramos organizar uma série de elementos, figurativos ou temáticos, que têm de ser incluídos no texto. Na frase, cabe apenas parte dessas ideias. Mas qual parte? Ou, em outras palavras, quando é hora de iniciar e quando é hora de terminar um período?

A resposta para tal questão não é simples, mas subsiste em todo aquele que escreve. Como toda questão atinente à redação, não se lhe pode dar uma solução segura, mas há como desenvolver algumas diretrizes para a adoção de um estilo claro quanto à extensão dos períodos. A princípio, deve-se refletir sobre um fator: a leitura. Se me proponho a ler um texto em voz alta e nele há uma interrogação, dou acento específico de pergunta à frase. Mas impõe-se uma questão: se leio aquele texto pela primeira vez, como entonarei a pergunta, se tenho de iniciar o processo no meio da frase e o ponto de interrogação somente aparece em seu fim? Porque, mesmo sem perceber, eu, leitor, ao iniciar a leitura de uma frase, procuro seu fim. Já o vimos em ritmo de texto, quando tratamos de coerência.

Assim como um praticante de atletismo, ao iniciar a corrida, quer saber o tamanho do percurso que deve enfrentar para poder calcular seu ritmo de passadas, o leitor mede seu ritmo de leitura de acordo com os intervalos que lhe são impostos.

Isto significa afirmar que, via de regra, impõe-se a frases mais longas menores esforço de intelecção, e às frases mais curtas, maior atenção. Em resumo, podem-se construir frases mais longas quando o assunto é de fácil entendimento pelo leitor; ele até as prefere porque tornam a leitura mais fluente, sem grandes ou frequentes interrupções.

Mas devem-se construir frases mais curtas quando se tratar de temas mais complexos, pois, caso não o faça, o leitor, no esforço de compreender o período que se lhe coloca, terá de criar por si pausas que não estão demarcadas no texto, o que lhe será grande o fator de confusão.

Novamente, como em todo tema de argumentação, não há regras seguras, mas um grande sopesar que depende do conhecimento do auditório - do leitor ou conjunto de leitores - a que se direciona o discurso.

1.5 Escrita como fator argumentativo

Quando, anteriormente, tratou-se de argumento de competência linguística, frisou-se que, em nosso tema, é impossível dissociar conteúdo e forma.

A competência linguística serve ao argumentante para a adesão dos espíritos, e não se pode negar que um texto mal escrito, por mais ideias de fundo, pertinentes, que possa conter, não persuade. Aqui não vamos cuidar de todos os temas tão interessantes da redação, mas cabe lembrar que o texto escrito tem suas peculiaridades. Elas passam principalmente pela exigência de uso mais estrito da coesão e da gramaticalidade, para que, para muito além de enunciar corretamente o texto, este faça um constante convite à leitura. Fator, claro, que o argumentante não pode desprezar.

2 PECULIARIDADES DO DISCURSO ORAL

O recurso aos gestos e ao movimento, em aspecto visual mais presente, somado ao uso do som - a voz - conferem ao discurso oral distinções relevantes, objeto de estudo da oratória.

2.1 Discurso oral e discurso escrito

A argumentação pode ser transmitida, como já tratamos neste trabalho, de diversas formas. Raro o discurso que não tenha primordialmente o escopo suasório, a vontade do discursante de convencer o interlocutor.

Mas as formas de comunicar-se são bastante diversas. Aliás, qualquer ação humana tem um sentido comunicativo, desde que transmitida em um comportamento social; até a omissão humana, a inércia, também pode ser encarada como um omitir comunicativo, o "*silêncio eloquente*" de muitos discursos.

Variando os meios de comunicação, as formas de comunicar-se, diversificam-se também os argumentos, já que estes, como anteriormente definidos, são *elementos linguísticos* destinados à persuasão do ouvinte. No discurso judiciário muito se questiona a respeito da forma que os argumentos assumem, do modo como são transmitidos. Ainda que entre nós esteja vigente o princípio da *oralidade* nos processos, o certo que a praxe leve a que a maioria das razões expostas no discurso judiciário apareça em texto escrito.

Quanto ao discurso oral, representa também matéria atinente à oratória, uma das vertentes do estudo da argumentação. Não se pode definir qual seja o *melhor*

meio para a exposição da argumentação. Cada qual tem seus próprios recursos e suas próprias limitações. Por exemplo: se, de um lado, na argumentação escrita há a grande desvantagem de o leitor poder ser convidado a uma leitura menos atenta, "pulando" muitos trechos a serem lidos, por outro há a vantagem de que a *predisposição* do interlocutor é maior, na medida em que ele mesmo está propulsivo à leitura, coloca-se diante do texto escrito e regula sua própria concentração.

Entretanto, a impossibilidade de o discursante acompanhar as reações do interlocutor faz com que seu discurso não possa variar de acordo com a aceitabilidade de cada argumento; por outro lado, ao não agir de improviso, o texto escrito permite uma maior pesquisa, completitude e perfeição.

Para cada meio, sua forma peculiar. O diretor de cinema pode achar impossível realizar uma boa peça de teatro pela ausência de recurso aos efeitos especiais; o diretor de teatro pode achar difícil gravar um filme pela impossibilidade de contato do ator com a plateia, com a frieza do telão, pela ausência física dos atores. É evidente, entretanto, que a forma influencia o conteúdo, e o argumentante deve sempre planejar seu conteúdo, os fundamentos e principalmente os argumentos, considerando a *mídia*, o meio de que se utilizará.

2.2 Discurso oral, papel e evidência

Toda vez que discursamos, constituímos uma relação interpessoal. Nessa relação, travamos discussões que são regidas por normas de condutas sociais, pois a sociedade aguarda de cada um de seus componentes certo tipo de comportamento, ao qual o homem torna-se adequado, sob pena de fugir às normas sociais, o que representaria, na maioria das situações, uma atitude comunicativa não desejada.

A ação humana, no contexto social, tem qualidades *dramatúrgicas*, representações que determinam situações padrão aos ouvintes. Por exemplo, o vestir branco do médico, o terno e a gravata sóbrios do parlamentar ou até mesmo o sotaque regional de um candidato a governo que pretende com ele a identificação de sua origem, idêntica a muitos de seus eleitores etc.

Quando o discursante busca a aceitação de seu discurso e de sua imagem, pretende não apenas ser aceito, mas ser aceito *de determinada maneira*, que infere

das regras sociais, ou, no mínimo, de seu próprio auditório. Em qualquer ação, em virtude da necessária adequação social, encontram-se certos padrões de estilo que aproximam - é lícito dizer - a ação humana da representação teatral; essa representação está presente em nosso comportamento, na medida em que a todo momento representamos determinado *papel social*: advogado, juiz, pai, aluno, professor, vendedor, comprador, cliente, visitante, anfitrião etc.

Grosso modo, diante das convenções sociais, e conscientes de sua existência e seus limites, *representamos* a todo momento, não como forma de fingimento, mas sim de adequação a normas de convívio social, em um agir conforme o que a sociedade espera. Ora, se o objetivo da argumentação é o de que o interlocutor *aceite* nossas ideias e opiniões, a regra (que, como tal, tem exceções) é que o argumentante busque o *cumprimento* dessas mesmas normas, facilitando a permeabilidade da mente do interlocutor às ideias e opiniões que profere.

O cumprimento dessas normas aparece no texto escrito: desde a boa linguagem, o cumprimento das regras gramaticais, o texto que procura fazer cômoda sua leitura, até o tamanho quase padronizado do papel, a boa impressão, a limpeza.

Porém é no discurso oral que o cumprimento, por vezes dramático, dessas normas de adequação social torna-se mais claro, porquanto o discursante é colocado em evidência.

Observadas todas as regras relativas à argumentação aqui já expendida, na exposição do discurso oral deve o discursante, como primeiro ponto, levar em consideração que será colocado em evidência, ou seja, à observação livre de todos os seus interlocutores. Se o discursante pretende fazer com que os ouvintes assumam seus pensamentos, deve desejar despertar a atenção de todos eles, e é essa atenção (o colocar-se em evidência) que traz peculiaridades a seu discurso.

Ter para si direcionados olhares atentos importa, então, em grandes diferenças entre o falar comum e o discurso oralmente, ao menos se, se pretende um discurso fecundo. Quando a figura e a imagem do corpo transformam-se em objetos de análise visual do interlocutor, este principia a observar formas em que antes jamais houvera reparado: uma pessoa que tem a coluna torta, uma postura

pouco adequada, quando discursando, colocada à apreciação pública pode se não cuidar de endireitá-la, transmitir a seu público a imagem de pessoa fraca, quando não de uma deficiência física grave, que sequer existe. Um pequeno gaguejar, uma roupa pouco limpa ou apertada demais, tudo se transforma em objeto de apreciação do espectador, já que assiste a um discursante colocado em evidência.

Quantas vezes não reparamos, ao vermos pela televisão um entrevistado, que o nó de sua gravata está torto, que ele tem determinada dificuldade de fala, que repete sobremaneira uma palavra em cacete? Várias. Quantas vezes reparamos nesses mesmos detalhes em uma simples conversa de negócios, em um almoço ou reunião com alguém? Muito poucas, com certeza.

O discurso oral do argumentante deve ser muito mais cuidadoso e alerta quando este se coloca à apreciação pública, ou seja, em evidência. Sem que o espectador possa perceber, ele se torna muito mais crítico à imagem que lhe é colocada em evidência, e isso devem fomentar transformações graves no discursante, no orador. O advogado, quando se coloca diante dos jurados, pretende prender-lhes a atenção durante, no mínimo, o tempo de sua primeira fala, de aproximadamente duas horas. (ABREU, Antônio Suarez Abreu. 2001, p.46).

Durante esse lapso, colocar-se-á à observação pública, e será gesto a gesto (assim é o que pretende), atentamente acompanhado pelos olhos do seu público. Tendo consciência disso, deve atentar para detalhes que, em razão da magnitude da atenção que passa a ter de seus ouvintes, constituem elementos relevantes: apresentação, dicção, gestos, expressão facial.

A magnitude da atenção permite também expressividade mais exacerbada: os gestos maiores, mais firmes como os de um político acostumado a inflados discursos podem parecer, diante de uma plateia diminuta, como a reunião de uma empresa ou uma audiência em pequena sala no fórum, ato de absoluto desequilíbrio. E, contrário sensu, exige do orador maior compenetração e cálculo (intenção) em seus gestos e suas palavras: um discurso pouco inflamado, adequado a uma calma exposição a uma banca ou a poucos ouvintes, pode parecer, em uma platéia mais extensa, falta de segurança, de coragem ou de personalidade do ouvinte, talvez, timidez.

Quando o orador coloca-se diante da plateia, supre, então, a expectativa desta. Deve, em primeiro lugar, ter consciência que o fato de ser observado com atenção fermenta todas as suas qualidades e os seus defeitos, e, portanto zelar pela imagem nunca é exagero. Em segundo lugar, deve levar em conta que a plateia exige a representação de um papel social, o que implica um conjunto de comportamentos que são essenciais no momento da enunciação do discurso.

2.3 Predisposição à argumentação no discurso oral

Em relação ao texto escrito. Costuma-se apontar a vantagem do discurso oral, por ser ele mais estritamente dialógico. Isto significa dizer que aquele que argumenta tem como direcionar seu discurso à plateia, fazê-lo de acordo com suas reações em uma estrita interatividade. Essa ideia, entretanto, nem sempre corresponde à realidade, pois existem muitos auditórios hostis, que não se encontram em nada predispostos a sequer escutar o orador, quanto mais a alterar determinado posicionamento que já tenham assumido, por conta de argumentos que lhe sejam lançados oralmente. (POSSENTI, Sírio. 1993, p.68).

Conquistar um auditório apenas com palavras não é tarefa fácil e depende muito do fator ilocucionário do discurso, ou seja, daquilo que não é expresso: o poder do orador e o interesse que cada ouvinte possa ter no tema desenvolvido.

Certamente, um deputado terá maior facilidade em conquistar a atenção dos ouvintes quando a matéria sobre a qual discursar for controversa, assim como o advogado consegue maior atenção dos desembargadores para quem sustenta razões se sua tese trazer alguma novidade, ou se a causa que defende contar com grande interesse público ou acadêmico.

São todas questões com as quais deve contar o orador, e que não se apresentam necessariamente no texto escrito, de modo tão dinâmico. O interesse na matéria objeto da sustentação deve ser fomentado pelo orador. Para tanto, lança mão não apenas da entonação de voz e da gesticulação, mas de argumentos que procuram realçar ao leitor a necessidade de ouvi-lo com atenção, o fato de que aquele discurso traz, em si, alguma novidade, esta que prende o intelecto do leitor.

Se o orador partir apenas do pressuposto de que seus ouvintes são passivos e merecem tão somente ideias prontas, fáceis de entender, porque assim não gerará nenhuma dúvida ou questão e poupará seus ouvintes do exercício de raciocínio (e muitos defendem esse tipo de construção, em uma utópica defesa da clareza do discurso oral), poderá estar utilizando técnica equivocada ou mesmo deletéria, em virtude do maior caráter dialógico do texto oral: diante da possibilidade de interagir, ou ao menos de perceber a presença física do orador, o ouvinte encontra-se sujeito a maiores estímulos a seu próprio raciocínio. Sem sentir-se estimulado, o ouvinte tende a imaginar como óbvias ou repetitivas as palavras do discursante, o que lhe reduz a atenção. (POSSENTI, Sírio. 1993, p.72).

Por isso, no tribunal do júri, o defensor que sabe contar, no início de sua fala, em geral com pouca atenção dos jurados – Pois a expectativa pelo conhecimento dos fatos relativos ao processo já se esvaiu com toda a produção probatória em plenário, seguida da exposição da acusação -, sempre procura trazer elementos novos a seu discurso, expondo expressamente ao jurado que fatos serão narrados de forma diversa daqueles revelados durante toda a instrução e exposição anteriores. Assim, estimula o jurado à interação dialógica, e, ainda que este não possa se manifestar sobre o mérito da causa, expressa concordância ou dissentimento em relação ao discurso da defesa, o que é melhor que demonstrar apatia ou desatenção.

Não é tarefa fácil influenciar ouvintes, mesmo no discurso oral. Entretanto, pode-se aproveitar da interatividade, do diálogo travado à presença do ouvinte para se lhe testar as reações e estabelecer a coerência do discurso, de acordo com o que mais lhe provoca interesse. Nesse ponto, o de levar ao estímulo, muito do conteúdo argumentativo do discurso oral pode inovar.

O bom orador passa, a saber, que o núcleo de seu discurso não é o de transmitir sua tese em uma ordem lógica impecável, como se faz na redação de uma dissertação científica; o orador sabe que, se não despender seus esforços para captação da atenção, argumentos brilhantes poderão cair no vazio.

O professor que dá aula apenas expositiva vai percebendo que, por mais perfeita que seja a matéria exposta em seu discurso, não logra motivar seus alunos,

os quais, salvo raras exceções, desconcentram-se com grande facilidade. Por isso, para todos os oradores, a necessidade de pausa calibrada, gestos diferentes, movimentação (quando possível) comedida, mas presente, entonação de voz intencional, e não monocórdica. Mas não só: a necessidade, também, de um conteúdo que estimule a participação, o raciocínio: as perguntas retóricas, a leitura de textos, a demonstração de imagens e de figuras, com vistas a estimular, ainda que não seja esse propriamente o melhor caminho lógico do discurso.

Exemplos dessa interatividade não são raros: o promotor que percebe um jurado menos atento em plenário não pode lhe pedir que leia uma peça do processo, mas entregam os outros às mãos desse desatento, rogando-lhe que acompanhe sua leitura; o professor, diante do aluno menos interessado, utiliza-o como exemplo, faz-lhe uma pergunta fácil, mas estimulante, cuja resposta ele conheça.

Encaminhado à ilusão de estar demonstrando grande conhecimento à classe, ou seja, de interesse do ouvinte específico; o advogado, diante do desembargador menos atento, cita trecho de seu livro ou seu acórdão, para que ele motive-se à participação; ou até mesmo (acontece) aquele advogado ou promotor que simula um tropeço ou a queda de uma caneta ao chão, fazendo uma pausa importante para a retomada de seu discurso, agora já com maior atenção dos ouvintes. São os modos de explorar os recursos do discurso oral que, obviamente, acabam por alterar o conteúdo planejado de alguns pronunciamentos.

Para compensar a falta de atenção do ouvinte, esses recursos são válidos e, desde que intencionais e respeitosos, podem aumentar, e muito, as possibilidades de efetivos resultados no discurso oral. (POSSENTI, Sírio. 1993, p.78).

2.4 Carisma e empatia: uma difícil definição

Não há como definir exatamente os requisitos do carisma, porque existem figuras carismáticas há muito imitadas, sem absoluto sucesso. Entretanto, para a argumentação, pode-se voltar à representação de um papel social. A sociedade e os ouvintes aguardam de cada orador determinado tipo de comportamento, a que deve corresponder ou, ao menos, deve procurar impor. Aguarda-se do juiz a sobriedade da justiça, do promotor a energia da acusação, do advogado a serenidade daquele

que se põe a defender a parte mais fraca. Fugindo dessa expectativa, o orador até pode impor a seu auditório imagem diversa, também simpática, mas terá contra si o trabalho de quebrar uma expectativa: *um padre falastrão, um advogado muito nervoso, um acusador calmo demais*. Por diversas vezes temos definido que a argumentação é o trabalho com o provável, com o verossímil. E, se todo discurso é formado de elementos linguísticos, que são argumentos quando têm a finalidade de convencer, a simpatia, como correspondência às expectativas do ouvinte, é também argumento.

Os argumentos que são proferidos pela pessoa carismática parecem mais verdadeiros que outros, de quem tem menor aproximação com o ouvinte, aqueles cujas ideias repelem pela própria fonte. Estudiosos desenvolvem grandes análises sobre personalidades protótipos de imagens carismáticas, pois são figuras que despertam cada qual, determinadas sentimento no ouvinte: o ancião que fala com a voz da experiência, o jovem que parece arrojado, o rico que dá ares de bem – sucedido, o obeso que aparenta bonachão e acolhedor, a mulher que parece libertária. São esses protótipos uma maneira de aproximar eventuais candidatos à simpatia dos padrões ansiados pelos próprios ouvintes, em determinadas situações específicas.

De maneira análoga, um discurso de uma pessoa que treme, pois esta insegura ao falar pode parecer menos verdadeira que o de um orador de larga experiência, pois o ouvinte é levado a presumir que aquele que fala bem domina - e conhece - a matéria que desenvolve, enquanto daquele que se mostra inseguro talvez apenas por vergonha de aparecer em público - presume-se a falta de conhecimento sobre o que diz. Em outro extremo, aquele que fala muito pode aparecer mais apto a mentir, pois sua verborragia pode aparentar ser um modo de não deixar pausas para o raciocínio do ouvinte.

Mas a redução a protótipos não constrói carisma. Definir o comportamento simpático ou carismático não é tarefa fácil, mas pode-se afirmar que a melhor maneira de encontrá-lo é perceber, com a experiência, qual é o comportamento que mais identifica o ouvinte com a figura do orador e seu papel social. Essa descoberta pode levar muito tempo, mas faz parte da adequação do discurso, da boa oratória.

Vale, nesse ponto mais efêmero que é a empatia, lembrando de apontar que o ouvinte pode distorcer ideias com sua percepção, já que “*não vemos somente com os olhos, porém igualmente com as nossas emoções. Até certo ponto, vemos aquilo que efetivamente queremos estar vendo, e ouvimos o que estamos desejando ouvir.* Todas as nossas percepções podem sofrer alguma pequena distorção pelo nosso estado d’alma, nossas passadas experiências e nossos preconceitos”. O trabalho com a emoção do ouvinte, para quem profere discursos orais, é tarefa obrigatória, haja ou não distorções no percurso.

Observações de especialistas ou a própria experiência podem fazer encontrar o caminho mais fácil para o carisma. Este nunca operará *erga omnes*, mas pode, indiscutivelmente, tornar algumas ideias, no discurso oral, mais facilmente aceita pelo ouvinte. E isso é argumento.

2.5 Discurso parlamentar

Porque falamos em política e em discurso oral, cabem algumas considerações sobre o discurso parlamentar. Os discursos parlamentares têm por natureza o discurso epidíctico ou deliberativo. Se comparados aos da sustentação inicial do tribunal do júri, que dura duas horas, os discursos parlamentares são geralmente curtos, tendo, via de regra, duração entre cinco e vinte minutos, em que se discutem questões de livre escolha de cada parlamentar ou discursa-se sobre assuntos predeterminados na ordem do dia.

Ao manter-se diante de seus pares para discursar, o parlamentar sabe que dividirá a atenção de seu pronunciamento com outros elementos que possam retirar a atenção de seus ouvintes: outros trabalhos, conversas paralelas, desatenção eventual. Portanto, deve tornar seu discurso interessante ao ouvinte, seja pelo conteúdo (a matéria sobre a qual deve se pronunciar), seja pela forma - a enunciação que busca a atenção maior do leitor.

Para seus pares, o parlamentar deve buscar a postura coerente com a imagem que firmara: o jovem empreendedor, o representante das classes mais baixas, o elitista progressista etc. Para o eleitor, o argumentante busca o discurso coerente - além de sua imagem já formada em relação à representatividade que

anseia - com a capacidade para a função pública. Implica afirmar que o anseio pela função pública impõe ao político um discurso coeso à imagem que o leitor faz do ideal do poder público: honestidade, serenidade, higidez. Para isso, muito mais que o discurso e as promessas - que são cada vez mais amplas e de menor valor - cabem cuidados com construção de protótipos de empatia, anteriormente analisados, mais afetos ao trabalho do publicitário e do assessor de imprensa do que propriamente do argumento jurídico.

Aquele que constrói discurso parlamentar deve levar em consideração a distinção que existe entre o discurso escrito e o oral. Assim como um bom livro não resulta necessariamente um bom roteiro para filme no cinema, um discurso escrito interessante pode não importar em uma fala brilhante do parlamentar, mesmo que não o leia. Se o ler diretamente, ainda pior. As diferenças circunstanciais entre a expressão escrita e a oral devem contaminar o conteúdo do texto. Um discurso feito na formal linguagem escrita, com seus fatores de coesão e coerência, pode soar artificial e pedante quando recitado sob as características de um orador. Do mesmo modo, um excelente discurso oral, que emociona multidões, e assim extremamente eficiente, pode parecer bobo e piegas quando reduzido a termo, no papel.

O autor dos discursos parlamentares deve pesquisar muito bem as características do orador que, pode-se dizer, interpretará seu texto. Novamente, há que se levar em conta que não existe um bom texto *erga omnes* e, portanto, o discurso deve adaptar-se a elementos relevantes, como a imagem do orador, suas intenções e o contexto a que se dirige.

2.6 Discurso no tribunal do júri

A instituição do júri representa o auge da argumentação e da oratória. Deveríamos dedicar a ele capítulos inteiros, mas decidimos permear seus exemplos no decorrer da obra, diluí-los em nossas lições. Justificamos esse comportamento, aqui, com poucas palavras, de cunho pessoal, em exposição mais livre.

Temo-nos especializado na atuação com o direito penal, como o leitor pode perceber, já que a maioria dos exemplos aqui prolatados tangencia essa área do conhecimento. Portanto, entendemos que discorrer puramente sobre a ar-

gumentação no júri sem despende o vínculo estreito com as teses ali defendidas, que são todas pertencentes ao direito penal, seria repetir as lições aqui já ditas, apenas sob um novo nome. Dessa maneira, reservamo-nos o direito de, oportunamente, aplicar estas lições ao discurso específico das teses de defesa e acusação dos crimes contra a vida, o que demanda exposição aprofundada de matéria atinente apenas à seara criminal.

Mas isso não significa que as lições aqui apresentadas, principalmente as referentes à intertextualidade e à oratória, não sejam de todo proveitosas para o discursante no tribunal do júri. Diante do julgador leigo e do vasto tempo (em relação ao reservado a outros discursos) disponível para a argumentação, o tribuno depara-se com alguns pontos a considerar sobre a matéria.

O primeiro deles, já aqui tratado, é a pouca atenção reservada ao discurso. Ouvindo, ainda que aparentemente com atenção, as palavras dos debatedores, poucos jurados creem ser influenciados efetivamente por seus discursos.

Essa reação é natural: reproduzidas todas as provas possíveis em sua presença, é certo que os jurados tendem a dispensar comentários sobre o que já conhecem sobre o que já sabem. Mais ainda isso acontece na fala do defensor, subsequente a uma longa e detalhada exposição dos fatos, delineados pela parte acusadora. Assim, são necessárias as técnicas já aqui apresentadas: a inovação, ainda que por vezes tênue, dos fatos, enunciada inequivocamente ao jurado. Se não pensar tratarem-se as considerações do discursante de ideias novas, que estimularão seu raciocínio, a reação natural é a desatenção e a percepção do discurso repetitivo apenas como uma fala longa e cansativa.

O segundo ponto é o menor critério do jurado na valoração da prova, o que nos parece indiscutível. Levado por outros elementos de convicção, os jurados tendem a valorizar argumentos distintos daqueles sopesados e considerados pelo julgador togado. Imagens, frases de efeito, pequenos enlances e desenlaces de discussões atravessadas no meio do debate, aparência de testemunhas e do próprio réu são mais valorizados pelo julgador leigo, desabituaado ao critério de valoração da prova e à necessidade de persuasão racional de seu convencimento, até por ser desobrigado de qualquer fundamentação a respeito dele.

Esses fatores não transformam o júri em um teatro, como dizem aqueles que pretendem desfazer-se de tão democrática instituição, mas, sem nenhuma sombra de dúvida, fazem com que o orador repense toda a sua estrutura argumentativa para trilhar aquela que consegue aproximar-se do jurado, com seu raciocínio, seus sentimentos e idiossincrasias.

Não, o júri não é teatro. Mas a visão técnica que aqui se apresentou a respeito da argumentação dá-nos a faculdade de poder dizer que seus meios argumentativos e seus métodos de atribuir presença na mente do interlocutor têm que ser planejados bem diversamente do que se fazem quando se trata de direcionar um discurso a um julgador não leigo. Outro discurso, outro raciocínio.

3 ARGUMENTAÇÃO E CRIATIVIDADE

Até o argumentante mais experiente pode cair no erro de cristalizar argumentos e formas de enunciação, que farão repetitivo seu discurso. E a repetição não é suasória. Buscar a constante renovação do discurso é um fomento à construção dos meios pessoais de criatividade

Se compreendermos a argumentação como atividade comunicativa dentro do direito, e a forma de argumentar como aquela que envolve técnicas de persuasão, sujeitas a alguns aspectos que tangenciam a subjetividade, como a competência linguística, o estilo e a intertextualidade, certo é que o tema da criatividade pode aparecer, senão como fundamental, ao menos como muito pertinente. (STRENGER, Irineu. 1999, p.46).

Nossa função, neste trabalho, talvez seja transportar para o campo da atividade jurídica algo que, nas demais áreas da comunicação, é corriqueiro. O tema da criatividade permeia o marketing, a propaganda, a administração de empresas, a gestão de pessoal, a literatura e, sobretudo, as artes. No direito, uma herança que o aproxima das ciências exatas, acerca do que muito aqui já se discutiu, além do conservadorismo natural de uma ciência, que, por suas próprias condições, segue as mudanças sociais sempre com largo retardo, talvez não se abra devido espaço para discutir o tema do processo criativo.

Mas é sempre tempo de pensar de modo diverso, ao menos quando tratamos de argumentação. Ao largo destas reflexões foram pinceladas ideias que estimulam o processo criativo, os exemplos literários, as frases com efeito suasório reconhecido, as ilustrações. Nosso ponto de partida é acreditar que discurso deve sempre se renovar e que a mente humana pode ser estimulada de determinadas maneiras, sendo que esse estímulo tem efeitos inequívocos nos argumentos.

Entretanto, antes de estudá-lo é necessário que sejam afastados todos os eventuais obstáculos que se impõem no processo criativo, caso contrário o estimular da criatividade não passará de semeadura em terreno infértil. Por isso é imprescindível que sejam realçados dois elementos distintos que já foram afirmados em nosso estudo. O primeiro é o de que a argumentação tem limites éticos, por isso é pacífico que nem toda grande ideia cabe no contexto argumentativo jurídico.

O segundo é o de que níveis de discurso distintos assumem graus de liberdade criativa também distinta. Assim, um percurso científico é menos aberto a inovações criativas que a persuasão no tribunal do júri ou na redação de razões de apelação. Mas nos três casos, como fruto da mente humana, a criatividade está presente, e em larga medida.

O operador do direito, em especial o advogado, são baluartes, bandeiras da atividade criativa. Seu cotidiano impõe que sempre sejam alimentadas novas ideias, novos campos de argumentação, novos modos de encarar antigas situações ou até mesmo as situações inusitadas, que não contam com previsão legal ou não reverberam na, por assim dizer, remansosa jurisprudência.

Nesse sentido, reflexões sobre criatividade no direito são necessárias, ainda que representem novidade. Trata-se até mesmo de atividade metalinguística: é necessário ser criativo para falar e refletir a respeito da criatividade. Desta forma, ela não pode ser um estudo estanque, travado em regras, pois estas contradiriam a própria natureza daquela. Vamos, portanto, às mudanças.

3.1 Medo de mudanças ou medo de que as coisas não mudem?

O criativo é diferente. Mas parece instinto natural do ser humano a repulsa ao que é diferente, porque gera insegurança. Um instinto de preservação indica que

o desconhecido é sempre perigoso. O ser humano tem a tendência de preservar costumes e tradições porque eles, comprovadamente, mantêm-se dentro de padrões que importam o afastamento de riscos.

Mas o mundo moderno - ou pós-moderno, como preferem alguns - trouxe como uma de suas consequências a volatilização das relações humanas. Nesse processo, como em qualquer processo humano, há vantagens e desvantagens, sobre o que cabe refletir, brevemente, nos estreitos limites que interessam à argumentação. (STRENGER, Irineu. 1999, p.58).

Vantajoso ou não, o que aqui importa é que o processo criativo, no mundo pós-moderno, acaba por ser sobrevalorizado, não sem razão. A capacidade de adaptar-se ao novo, a velocidade do raciocínio, o encontrar de novas soluções e novas linguagens aparece como critérios seletivos daquele que atua com o intelecto. E na seara jurídica não poderia ser diferente.

A linguagem moderna mais dinâmica, os exemplos mais persuasivos, a capacidade de adaptar-se ao tempo progressivamente exíguo e ao raciocínio imediatista são valores a ser consagrados na atividade do ser humano. Não poderia ser diferente na argumentação jurídica: a capacidade de criar novas soluções para novos ou antigos problemas é digna de valor e, portanto, cultivá-la significa preparar-se melhor para a capacidade suasória.

A premissa da criatividade significa, nesse primeiro plano, desvincular-se dos bloqueios que possam existir para as novidades. Parece repetição bastante próxima do lugar-comum, mas não é: muitos profissionais criativos têm como principal obstáculo a falta de confiança em relação à aceitabilidade de suas soluções. Como, por exemplo, (caso real), a insegurança que gerou em certo advogado a possibilidade de ilustrar sua petição inicial com fotografias altamente persuasivas, mescladas ao texto, por representar um inovar na linguagem que - entendia - não seria bem-aceito pelo julgador.

Padrão da modernidade: o computador agora lhe permite editar um texto com fotografias de altíssima resolução, mas seu padrão de produção escrita, jurídica, além de ser um costume formado em época ainda recente, em que o

amalgama entre a imagem e o texto era quase impossível para aquele que não dispusesse de um aparato gráfico quase industrial.

Sobre o tema, é impossível deixarmos de citar a reflexão idiossincrática, porém tão ilustrativa, do narrador-personagem de Clarice Lispector.

E não me esquecer, ao começar o trabalho, de me preparar para errar. Não esquecer que o erro muitas vezes se havia tornado o meu caminho. Todas as vezes que não dava certo o que eu pensava ou sentia - é que se fazia enfim uma brecha, e, se antes eu tivesse tido coragem, já teria entrado por ela. Mas eu sempre tivera medo de delírio e erro. Meu erro, no entanto, devia ser o caminho de uma verdade: pois só quando erro é que saio do que conheço e do que entendo. Se a "verdade" fosse aquilo que posso entender - terminaria sendo apenas uma verdade pequena, do meu tamanho.

Sem dúvida, a criatividade, na argumentação jurídica, encontra o entrave do medo de enfrentar o erro, o exagero. Mas não seria demais dizer que na pesquisa que promovemos já há tempos lecionando esta matéria, os argumentos mais persuasivos são inusitados, criativos. A novidade tem maior poder de atração, e isto talvez compense a repulsa natural que tem o operador do direito a raciocínios ainda não consolidados, a argumentos não cristalizados em doutrina e jurisprudência.

Daí que a ousadia e a criatividade, em certa medida, caminham juntas. As reflexões sobre a modernidade, que aqui são feitas a título de introdução, no mínimo fomentam a questão: não seria imprescindível, mesmo no Direito, um esforço constante do profissional atualizado em alterar sua realidade e rever formas e argumentos? Disto tratar-se-á adiante.

3.2 Criatividade e informação

Estudar a criatividade importa liberdade no trato com o tema. A informação é fator de criatividade, mas não isoladamente. À mente humana cabe o uso dos elementos informativos para seu aproveitamento no discurso. As formas de adquirir a informação, bem como os meios mentais de adaptar, na linguagem, o aprendizado contínuo, são sem dúvida infinito. A impressão de que, na construção de um texto persuasivo, os argumentos acabaram não é mais que ilusória.

Acompanhe este fragmento de Manuel Bandeira, redigido na década de 1930:

Poema tirado de uma notícia de jornal: *João Gostoso era carregador de feira-livre/ morava no morro da Babilônia/ num barracão sem numero. Uma noite ele chegou ao bar (Vinte de Novembro), bebeu, cantou, dançou/ e depois se atirou na lagoa Rodrigo de Freitas/ e morreu afogado.*

O fragmento serve para dele retirarmos dois princípios distintos, ainda que bastante próximos. O primeiro importa na renovação da linguagem. Autor modernista, Bandeira segue a tendência da negação à métrica clássica, à criação que aparecia travada nos anseios da beleza da forma, da aparência. O texto não tem rimas, muito menos a métrica de um soneto. Mesmo assim, conta com sonoridade e ritmo. Questões literárias de lado, o fato é que o mundo moderno (isso em texto de décadas atrás) implica alterações na linguagem, no modo de comunicar, qualquer que seja ele.

Essas alterações seguem a tendência, cada vez mais salientada, de permitir maior fluxo criativo. Mas essa questão é secundária, ainda que relevante. O que o texto melhor nos mostra é que o autor inspirou-se, para seu poema, em uma notícia do cotidiano. Claro está que aquele poema surgiu de um relato, muito mais denso e certamente menos artístico, publicado no jornal. A atividade do poeta consistiu em tomar o relato sucinto, recheando as palavras de maior significado, colocando-as em uma métrica ritmada, ainda que moderna. E assim comunicou.

Bons argumentos são retirados das informações do dia a dia, tal qual o poema surgiu do recorte de jornal. No contexto jurídico, a citação da jurisprudência e da doutrina especializada como já abordou nesta obra, representa argumento extremamente persuasivo, mas a análise dos bons discursos, também jurídicos, mostra que eles vêm permeados de conteúdos significativamente mais amplos: exemplos históricos, ilustrações com atualidades, comparações inusitadas

Todos esses argumentos, que em grande medida tendem à figurativização, foram aqui analisados, ainda que em parte. Mas importa, neste capítulo, ressaltar

que é necessária, para a argumentação criativa, a efetiva utilização dessas informações como elementos incorporados ao conteúdo do texto.

A valorização de elementos que, isolados, é simples e sem valor persuasivo é uma das grandes características do percurso argumentativo intencional. O texto, como combinação de palavras e ideias, permite que elementos discursivos adquiram, progressivamente, significado e força quando enumerados para tanto.

O fato de a argumentação ter, como características, a língua natural e o percurso que depende do orador, implica dupla consequência: se, de um lado, impõe algumas dificuldades no que tange à escolha de palavras e do norte dos argumentos, de outro permite que se adapte uma infinidade de ideias que, a rigor, não seriam cabíveis a um discurso meramente demonstrativo.

Trabalhando com discursos políticos, muitas vezes somos forçados a encaixar em trilhas argumentativas alguns elementos, figurativos ou temáticos, que devem sobressair no discurso (em especial no gênero epidíctico: as belezas naturais de uma região, as conquistas de determinado cidadão local, o resultado das últimas pesquisas). Não é trabalho impossível: o discurso flexibiliza-se para amoldar-se às suas necessidades.

Assim alcança-se a almejada valorização dos elementos linguísticos enunciados. Por isso ao argumentante nunca é demais alertar: havendo o necessário zelo pela coerência, em seus diversos níveis, os argumentos novos, em conteúdo e forma, raríssimas vezes são pouco bem-vindos. A impressão de que a inserção de uma notícia da atualidade ou de um elemento figurativo é totalmente descabida é, na maioria das vezes, realmente apenas uma impressão, mera insegurança. Inserta com intencionalidade, a informação inusitada, típica da atividade criativa, confere ao discurso o caráter de novidade que o retira do lugar-comum e o transforma em agradável e persuasivo, conforme veremos a seguir.

3.3 Novidade e persuasão

A capacidade da mente humana é inesgotável. Mas o ser humano muitas vezes sente bloqueio em sua criatividade. Percebe o momento em que deve ter uma ideia original, porém ela não vem. No contexto jurídico, a comodidade, a falta de

tempo e o esgotamento da criatividade constituem grave incentivo para a repetição de novas teses. É certo, então, que a criação mental vem, antes de outro momento, de um esforço. Um esforço poderia dizer como o de um músculo, e isso aparece em quase todos os manuais, que agora se tornaram conhecidos, de criatividade.

Contra o pensamento criativo, a maior mazela é então a tão enunciada lei do menor esforço. O não-criativo é cômodo, pois não impõe o trabalho de rever, de pesquisar, de reconstruir. Desse modo, o livro de doutrina que, em lugar de pesquisar o posicionamento divergente, reproduz o texto da jurisprudência dominante, tem menor força para criar o direito, fazê-lo evoluir, pois a reflexão ali aparece restrita, ao menos no sentido de originalidade. Do mesmo modo, a doutrina que cita sempre o mesmo livro, este que já era cópia de jurisprudência, não apenas esgota a criação original como remonta a um círculo de alta perniciosidade, a cristalizar situações estanques.

Quando o autor da obra literária ousa escrever de modo diverso daquele que é comumente empregado, com enunciação ousada, sabe que desperta a atenção do leitor. Ele é estimulado quando necessita produzir sentido ao inusitado.

Pois é possível, no contexto do discurso forense, utilizar o mesmo princípio. Basta adaptá-lo, com bom senso, às peculiaridades do meio jurídico, em que a liberdade de forma não alcança fronteiras tão amplas. Todo argumento novo, criativo, apenas por sua novidade já é fator suficiente de persuasão, e o bom argumentante sabe disso.

O discurso repetitivo, ainda que formalmente correto, não desperta interesse no interlocutor. Nas causas mais complexas, nos discursos que têm a forte tendência de levar o ouvinte ao cansaço e ao desinteresse, os modos subjetivos de atrair a atenção devem ser criados pelo discursante. Para tanto, deve-se abandonar os tipos de argumentos corriqueiros, que podem passar a impressão ao interlocutor de que as ideias lhe vêm repetidas. E ideias repetidas não alteram o processo decisório, e menos ainda estimulam a atenção.

Capacidade argumentativa todo ser humano tem. Momento a momento é chamado a debater, a transformar a opinião de alguém, a defender seu ponto de

vista, sua atitude, seus planos. Para quem deseja aprimorar-se na capacidade argumentativa, todo debate, desde os mais corriqueiros, é um treino perfeito. É impossível preparar-se apenas para os grandes discursos sem fazer de toda construção textual um exercício de aprimoramento.

Mas o treino pode ser ainda mais eficaz quando elaborado e direcionado para a criatividade específica. Para os professores de criatividades em geral, várias são as técnicas, individuais ou coletivas, que fazem despertar a capacidade criadora. Muitas delas aparecem em livros especializados que expõem métodos diversificados de estímulo à criação e combinação de ideias, com inspiração na propaganda ou nos princípios psicológicos ou neurolinguísticos em geral.

Aqui nos atemos a um discurso específico. Para o discursante forense, um método antigo tem extremo valor: a paráfrase. O exercício da paráfrase é a tradução na mesma língua, de um texto argumentativo. Àqueles que estudam argumentação em níveis mais aprofundados, o exercício é corriqueiro.

O método é simples: ao aluno propõe-se determinado texto a ser parafraseado. O aluno deve lê-lo e transcrevê-lo com suas próprias palavras. Mas essa transcrição tem suas peculiaridades: ela deve preservar ao máximo as ideias do texto original, ao mesmo tempo em que deve evitar repetir suas palavras. No primeiro momento, a paráfrase serve como modo de aquisição de vocabulário ativo e estímulo à busca de recursos mais variados para a enunciação. Em um segundo momento, estimula a própria criação de ideias.

Os profissionais da medicina também fazem parte de muitos delitos da mesma natureza. Ainda que não seja simples demonstrar fraudes em casos particulares, há provas cabais de que eles ganham altas quantias por fazerem tratamentos supérfluos. Mais evidentes são os fatos em que esses médicos exibem pedidos de seguro médico falsos. Há ocorrências de médicos que exigem pagamento por serviços que nunca foram prestados; em outros casos, exibem várias faturas pelos mesmos procedimentos.

Outro delito comum entre anestesistas, psiquiatras e outros facultativos que recebem por hora consiste em mostrar contas com número de horas exacerbado. No

exercício da paráfrase, o aluno treina seu processo criativo porque o texto-proposta representa-lhe forte tendência à repetição. O texto-proposta, que na verdade é apenas uma entre as quase infinitas impossibilidades de enunciar uma ideia, exerce grande força para que a enunciação do autor da paráfrase gravite em torno dele. Da mesma forma, quando estamos habituados a repetir argumentos não nos damos conta de que eles são apenas uma entre várias formas de defender uma ideia, de enunciar um pensamento.

A paráfrase então estimula a variação das ideias e faz com que aquele que a pratica reconheça seus próprios métodos criativos, sua própria forma de encontrar novas alternativas para uma enunciação que, por si só, já vinha resolvida no texto-proposta. Do modo como apresentado aqui, ela estimula principalmente o vocabulário, agregando maior vocabulário ativo àquele que a pratica. Assim, o aluno descobre a importância do uso do dicionário ou da leitura em geral para a aquisição de novas formas enunciativas.

Mas a paráfrase pode servir não apenas no plano da forma, como também no conteúdo. Em sala de aula, em classes de Direito, fornecemos a alunos textos argumentativos jurídicos que devem seguir uma paráfrase mais criativa. Preservando-se a estrutura e o posicionamento do texto original, deve-se criar outro, mas desta vez ainda mais inédito: os argumentos também devem ser substituídos, sem se revelarem influenciados pela ideia primeira.

Ao construir essa paráfrase de conteúdo, o exercitante descobre seus próprios métodos de criação de novas ideias, na obrigatoriedade de fugir a ideias que já lhe vêm cristalizadas. Com o tempo, o objetivo é que aquele que se exercita em argumentação perceba que deve parafrasear seu próprio discurso. Em outras palavras, renová-lo, tanto em conteúdo como em forma.

A consciência do esforço necessário para renovar o discurso com certeza estimula alternativas para a criatividade, quando cada argumentante se dá conta do processo que melhor lhe permite criar os meios e instrumentos necessários para a renovação. Mais um exercício que se impõe, com resultados proveitosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Será que toda argumentação é enfadonha? Quando se pretende tornar um tema qualquer aplicável a determinada realidade, não se pode afastar dela. Assim, se aqui se tem o anseio de, como já apresentado na introdução, rever algumas técnicas argumentativas para colaborar com o operador do direito na construção de seu discurso persuasivo, ou seja, na forma de tornar mais convincentes suas teses.

Precisamos, a princípio, saber se existe realmente compatibilidade entre a teoria e a prática, se o mundo real demanda ou ao menos aceita as técnicas argumentativas a serem desenvolvidas. Em outras palavras, para dar continuidade à questão anterior, procuremos apresentar a resposta a esta pergunta: para o operador do direito atual é importante bem argumentar?

A resposta não é imediata. A experiência na atividade forense não raro tem mostrado a toda classe de operadores do direito algo como a massificação da atividade: os advogados, com demandas em excesso, algumas delas financeiramente pouco promissoras, utilizam-se dos recursos tecnológicos para reproduzir argumentações copiadas de textos já existentes, nem sempre com prioridade.

Juízes, diante da obrigatoriedade de dar celeridade desfecho às lides sob sua presidência, proferem julgados cujo relatório mal permite ao leitor depreender que seu autor tenha sequer tomado conhecimento da extensão e dos limites do processo. Na fundamentação das decisões judiciais a praxe não alcança caminho diverso: a pressa em proferir a decisão e a repetição das teses levadas a juízo

justificam, ao menos na aparência, discursos progressivamente sucintos ou padronizados, com remissões a outros julgados com prova de legitimidade do posicionamento adotado, quando não se furtando a responder a argumentos pertinentes de ambas as partes demandantes, que merecem na exposição do raciocínio do julgador, a demonstração do devido provimento jurisdicional.

Mas esse problema não é exclusivo do discurso jurídico e pode ser encontrado em todo o contexto social, que ousamos rapidamente invadir. A linguagem se dinamiza, e, à medida que a velocidade de transporte de informações aumenta, diminui – ao menos é o que parece – o espaço para a construção do raciocínio argumentativo.

Isto é observável em nosso cotidiano: suportes eletrônicos armazenam quantidade inimaginável de texto, um disco de leitura de computador consegue guardar mais jurisprudência que, quiçá, uma biblioteca inteira; mais que isso, todo esse teor de informações pode ser transportado virtualmente pela internet, em questão de fração de segundos, para o ponto mais distante do globo.

Ter à disposição um número excessivo de informações, a exemplo do mundo virtual levado a efeito pela internet, não significa, porém, maior possibilidade de construção de raciocínio. De forma paradoxal, parece que o efeito é totalmente inverso: uma geração criada com as inúmeras informações da televisão e da internet parece - ao menos parece - cada vez menos capaz de uma construção argumentativa competente, de elaboração de teses e raciocínios convincentes.

Isto porque, nesse excesso de informações, dispensamos cada vez menos atenção aos raciocínios mais complexos. O fluxo informativo é tão caudaloso que qualquer combinação entre enunciados mais intrincados, ao menos nas matérias humanas, parece ser de menor importância, dispensável. Não há tempo de compreendê-lo, quanto mais de elaborá-lo. A velocidade de produção e absorção de informações não permite reflexão aprofundada.

Tomemos por exemplo um jornal impresso qualquer, desses de grande circulação nacional. Um periódico moderno tem várias seções: empregos, internacional, cultura, informática, imóveis, tecnologia, caderno rural, cada qual com sua miríade de informações, produzidas por agências de notícias espalhadas pelo mundo. São tantas as informações disponíveis ao alcance da redação do jornal que

fica difícil selecionar o que irá ser publicado. Nesse contexto, as notícias, porque várias, assumem tamanhos menores, sendo raras as reflexões, as opiniões aprofundadas a respeito de cada uma delas, salvo em uma ou outra página de editorial ou em um destaque especial.

O periódico que trazer notícias muito longas, procurando conduzir seus leitores a uma reflexão mais aprofundada, pode ver surgir contra si um efeito deletério: dispondo de pouco tempo para absorver informações, os leitores elegem o jornal concorrente; que lhes fornece conteúdo parecido, exigindo menor leitura.

Pior ainda ocorre com um jornal televisivo; que conta com minutos e segundos cronometrados para apresentar um denso, ou melhor, um extenso conteúdo informativo: suas notícias serão compactadas ao extremo, e procurar-se-á asilo nas imagens para complementar a linguagem telegráfica que o compõe.

Tudo isso não é novidade, apenas ilustração: queremos velocidade na comunicação porque temos pouco tempo disponível para qualquer atividade, principalmente as secundárias. Maximizar produção, otimizar o tempo, aplicar a reengenharia das atividades são máximas do discurso da administração de empresas, que convergem para um único ponto: a necessidade de cortar excessos, de concentrar informações, de não se estender em raciocínios que não sejam, antes de tudo, produtivos.

Daí, no contexto empresarial, a comunicação sempre direta, as mensagens curtas, as reuniões céleres, a tecnologia fazendo por si só tudo quanto lhe for possível. Quando voltamos à área jurídica - percebe-se - a realidade não é em nada diversa, seguindo essa mesma tendência: as petições são feitas com forçosa rapidez, muitas vezes recheadas de julgados de pertinência discutível, mas a que se tem fácil acesso.

O trabalho argumentativo afigura-se menos compensador porque surte resultados progressivamente menores: na medida em que os juízes não se persuadem com a leitura, o tempo de redação de um texto suasório ou o tempo de preparação de um discurso para convencimento, na reengenharia moderna, pode ser mais bem utilizado na realização de uma audiência, na apreciação de outro processo, em outra reunião em que se cuide de maior valor econômico etc.

É aí que a argumentação parece perder espaço na atividade do advogado e, conseqüentemente, dos demais operadores do direito. A produção exige fins e não meios, e a retórica do advogado aparecem como exemplo mais corriqueiro de um meio pouco adequado ao fim perseguido, o resultado interessante ao cliente.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Antônio Suarez Abreu. ***A Arte de Argumentar***. São Paulo, 2001;
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. ***Gramática Metódica da Língua Portuguesa***. São Paulo, 1995;
- ARISTÓTELES. ***Arte Retórica***. São Paulo, 1998;
- ATIENZA, Manuel. ***As Razões do Direito***. São Paulo, 2000;
- BARBOSA, Rui. ***Escritos e Discursos Seletos***. Rio de Janeiro, 1966;
- MENDES NETO, João. ***Rui Barbosa e a Lógica Jurídica: Ensaio de Prática da Argumentação***. São Paulo, 1943;
- MIRANDA, Maria Geralda de. ***A Função Argumentativa da Narração no Discurso Jurídico***, Rio de Janeiro, 2004;
- PERELMAN, Chaim. ***Ética e Direito***. São Paulo, 1996;
- _____ ***Lógica Jurídica***. São Paulo, 1998;
- _____ ***Tratado da Argumentação***, São Paulo, 1996;
- POSSENTI, Sírio. ***Discurso, Estilo e Subjetividade***, São Paulo, 1993;

REALE JR., Miguel. *Razão e Subjetividade*, São Paulo, 2004;

RODRIGUEZ, Victor Gabriel. *Técnicas de Persuasão e Lógica Informal*, São Paulo, 2005;

SANDMANN, Antônio. *A Linguagem da Propaganda*. São Paulo, 1993;

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Curso de Oratória e Retórica*, São Paulo, 1954;

SARAMAGO, José. *Ensino sobre a Cegueira*. São Paulo, 1995;

SAVIOLI, Francisco Platão e FIORIN, José Luiz. *Lições de Texto*. São Paulo, 1996;

STRENGER, Irineu. *Lógica Jurídica*. São Paulo, 1999.